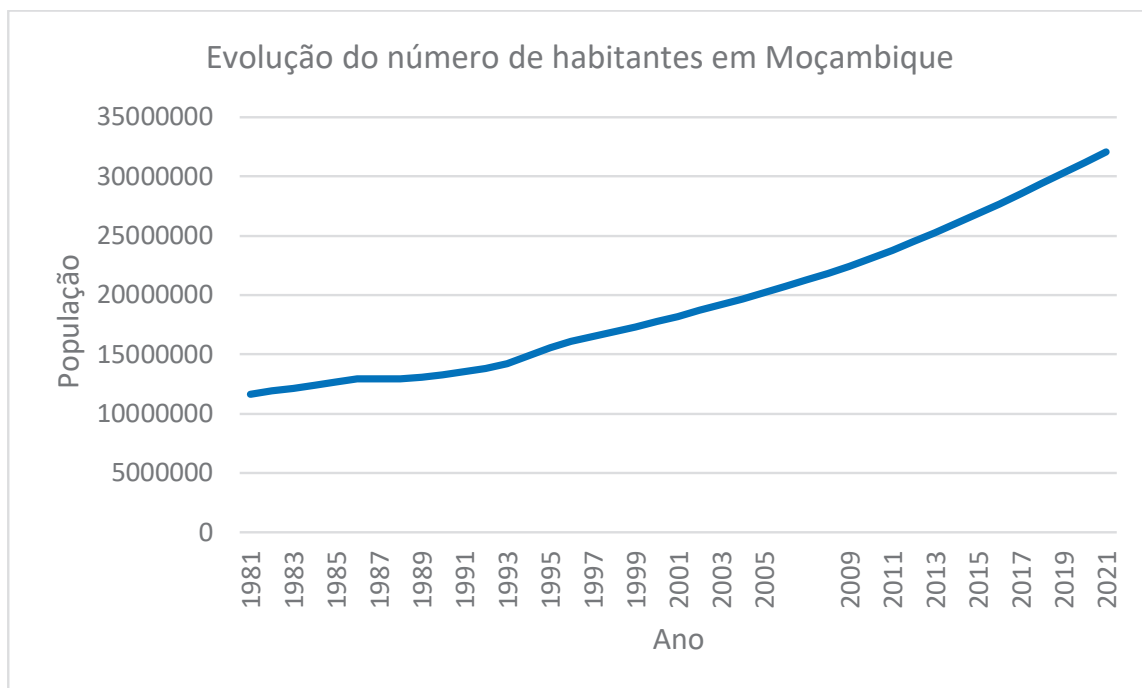


## Aproveitando o dividendo demográfico: oportunidades e desafios para Moçambique

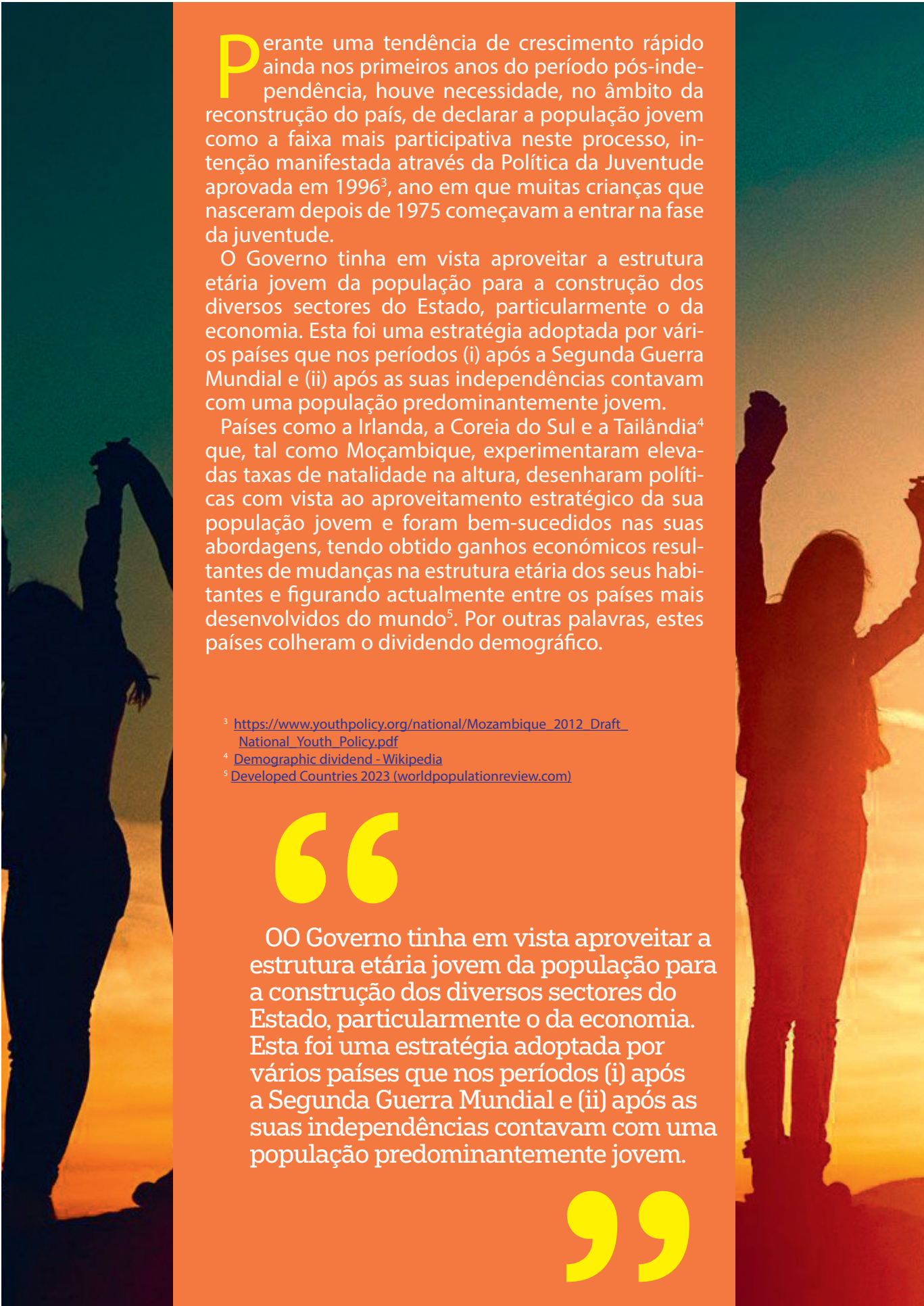
- Com uma população estimada em cerca de 32 milhões de habitantes, dos quais cerca de 60% encontram-se abaixo dos 25 anos de idade e cerca de 20% entre os 15 e 24 anos, Moçambique figura como um dos países mais jovens do mundo<sup>12</sup>. Esta tendência é resultado do rápido crescimento populacional registado desde do primeiro censo populacional em 1980, ano em que o país contava com apenas 12 milhões de habitantes. Desde então, a população quase triplicou, conforme ilustra o gráfico abaixo.



**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial.

<sup>1</sup> Existem várias abordagens para a definição da faixa etária considerada jovem. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde consideram a faixa etária dos 15 -24 anos, entretanto, a Carta Africana da Juventude, ratificada por Moçambique, considera a faixa etária dos 15-35 anos. Portanto, na República de Moçambique, define-se jovem como todo o indivíduo do grupo etário dos 15 aos 35 anos In [https://www.researchgate.net/figure/Definitions-of-youth-according-to-various-UN-entities\\_tbl3\\_327431203](https://www.researchgate.net/figure/Definitions-of-youth-according-to-various-UN-entities_tbl3_327431203)

<sup>2</sup> UNFPA Moçambique | Recém-divulgados os resultados do Censo de 2017 ajudarão nos esforços de resposta e recuperação dos ciclones Idai e Kenneth

The background of the page features a vertical orange band with white text. On either side of this band are vertical panels showing silhouettes of people celebrating with their arms raised against a sunset sky. The overall color palette is warm, dominated by oranges, yellows, and greens.

Perante uma tendência de crescimento rápido ainda nos primeiros anos do período pós-independência, houve necessidade, no âmbito da reconstrução do país, de declarar a população jovem como a faixa mais participativa neste processo, intenção manifestada através da Política da Juventude aprovada em 1996<sup>3</sup>, ano em que muitas crianças que nasceram depois de 1975 começavam a entrar na fase da juventude.

O Governo tinha em vista aproveitar a estrutura etária jovem da população para a construção dos diversos sectores do Estado, particularmente o da economia. Esta foi uma estratégia adoptada por vários países que nos períodos (i) após a Segunda Guerra Mundial e (ii) após as suas independências contavam com uma população predominantemente jovem.

Países como a Irlanda, a Coreia do Sul e a Tailândia<sup>4</sup> que, tal como Moçambique, experimentaram elevadas taxas de natalidade na altura, desenharam políticas com vista ao aproveitamento estratégico da sua população jovem e foram bem-sucedidos nas suas abordagens, tendo obtido ganhos económicos resultantes de mudanças na estrutura etária dos seus habitantes e figurando actualmente entre os países mais desenvolvidos do mundo<sup>5</sup>. Por outras palavras, estes países colheram o dividendo demográfico.

<sup>3</sup> [https://www.youthpolicy.org/national/Mozambique\\_2012\\_Draft\\_National\\_Youth\\_Policy.pdf](https://www.youthpolicy.org/national/Mozambique_2012_Draft_National_Youth_Policy.pdf)

<sup>4</sup> Demographic dividend - Wikipedia

<sup>5</sup> Developed Countries 2023 (worldpopulationreview.com)

“

O Governo tinha em vista aproveitar a estrutura etária jovem da população para a construção dos diversos sectores do Estado, particularmente o da economia. Esta foi uma estratégia adoptada por vários países que nos períodos (i) após a Segunda Guerra Mundial e (ii) após as suas independências contavam com uma população predominantemente jovem.

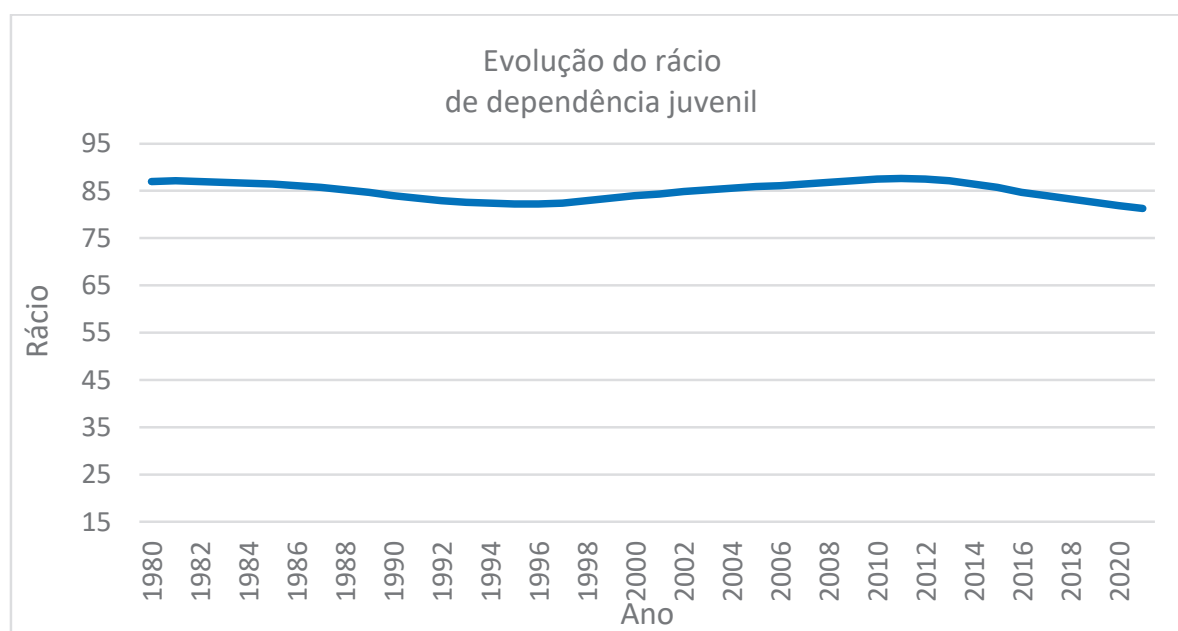
”

O dividendo demográfico é definido como o benefício económico resultante de um aumento significativo no rácio de adultos em idade activa em relação aos dependentes jovens, que é possível graças ao rápido declínio da fecundidade e da mortalidade, acompanhado por investimentos sustentados nas áreas de educação, desenvolvimento de competências, saúde e criação de emprego<sup>6</sup>.

Em Moçambique, apesar de terem sido desenhadas políticas e estratégias para a colheita do dividendo demográfico, ainda não é possível observar ganhos económicos significativos re-

sultantes da transição demográfica. Pelo contrário, a estrutura etária predominantemente jovem tem sido um fardo.

Contrariamente ao que se espera do dividendo demográfico, o rácio de dependentes jovens em Moçambique não está a evoluir de forma significativa. Observa-se apenas uma pequena variação desse rácio ao longo dos anos. No ano de 1980 o rácio era de cerca de 86,9, depois reduziu para 82,2 em 1996, mas voltou a aumentar para 87,7 em 2011, tendo reduzido novamente para os actuais 81,3<sup>7</sup>, conforme ilustra o gráfico:



**Figura 1** - Evolução do rácio de dependência juvenil em Moçambique  
**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial

Isto significa que actualmente existe um número relativamente menor de jovens (e crianças) dependentes relativamente aos primeiros anos pós-independência. Entretanto, este valor ainda representa um nível de dependência elevado, tendo em conta que o rácio médio para os países de baixa renda é de 77, e os países de alta renda, como os mencionados anteriormente, têm em média um rácio de dependência de 25<sup>8</sup>.

Outrossim, os níveis de emprego constituem um indicador que, além de estar a falhar como pressuposto para a colheita do dividendo, reflecte um mau aproveitamento da própria transição. A empregabilidade é simultaneamente um pressuposto e um resultado que precisa de

ser observado com urgência.

Por um lado, o desemprego juvenil aumenta a delinquência juvenil, que por sua vez contribui para a agitação social, a instabilidade política e o aumento da criminalidade, resultando, por fim, no aumento da vulnerabilidade dos jovens à pobreza. Por outro, o desemprego representa um elevado custo económico, pois implica ociosidade de recursos humanos, perda de potenciais receitas e perda de retornos de investimento do Governo na educação, colocando Moçambique ainda mais longe do dividendo demográfico.

Existe, também, a questão da adesão ao mercado informal. Cerca de 500.000 jovens entram no mercado de trabalho anualmente. Entretan-

<sup>6</sup> <https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Brochura%20DD%20HR.pdf>

<sup>7</sup> <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.DPND.YG?locations=KR>

<sup>8</sup> <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.DPND.YG?locations=KR>

to, a criação de postos de trabalho no mercado formal não consegue acompanhar este ritmo, fazendo com que quase três quartos destes jovens acabem por aderir ao mercado informal<sup>9</sup>.

Embora o sector informal contribua, em parte, no crescimento económico e acabe sendo uma via alternativa dentro da tensão social que se vive, dado que 80% da economia é informal e esta tem um peso de cerca de 40% do PIB<sup>10</sup>, a adesão de jovens a este mercado gera perdas de eficiência. O alargamento da actividade informal traz consigo diversos problemas e desafios ao Estado, à sociedade e ao bom funcionamento do sistema económico como um todo.

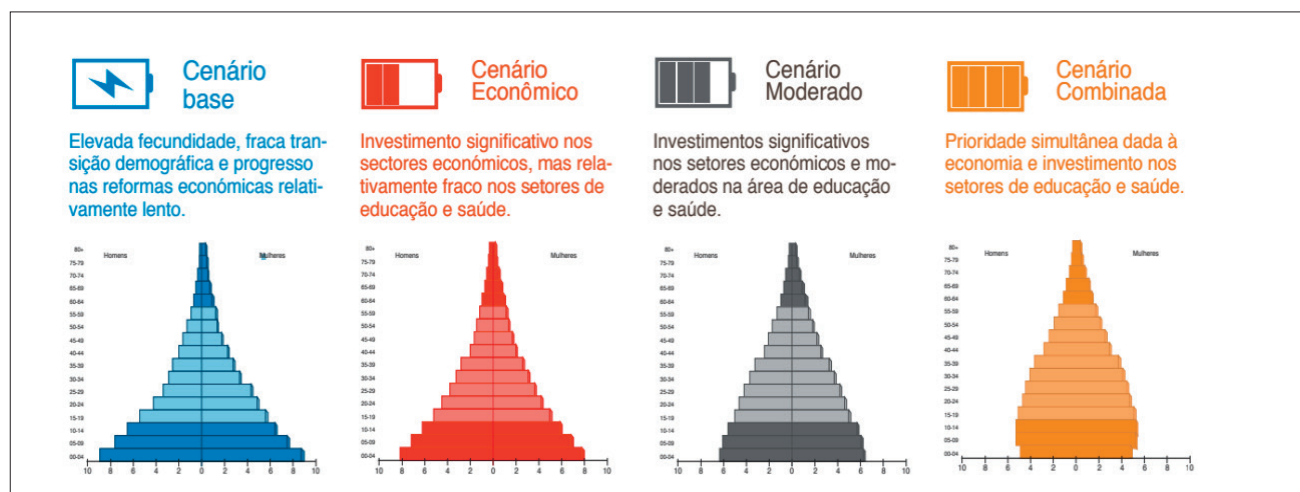
Se os jovens que se encontram no sector informal estivessem enquadrados no sector formal, o seu contributo no crescimento económico seria maior, tendo em conta uma maior produtividade e viabilização da arrecadação de receitas por parte do Estado que, por sua vez, incide positivamente na provisão de bens e serviços públicos, com destaque nos sectores da saúde e educação. É a receita pública que permite a construção e manutenção de infra-estruturas sociais básicas para o empoderamento dos jovens e o desenvolvimento do país. Portanto, o sector informal inviabiliza o dividendo demográfico.

## Sendo assim, como é que Moçambique pode colher o dividendo demográfico?

Um estudo do Ministério da Economia e Finanças (MEF), em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), argumenta que para a colheita do dividendo demográfico devem ser adotadas políticas públicas de reformas económicas e criados empregos decentes, incluindo a realização de investimentos gnificativos no desenvolvimento de capital humano de qualidade e no fortalecimento da governação<sup>11</sup>.

Por outras palavras, deve haver investimen-

tos prioritários e combinados nos sectores da economia, saúde e educação, pois a relação que se estabelece entre eles no processo de alcance de benefícios da transição demográfica é de complementaridade. Portanto, acções direccionadas neste sentido permitirão que Moçambique alcance o dividendo demográfico até 2051 e possua uma estrutura populacional ainda mais favorável, conforme ilustra a Figura 3, garantindo um desenvolvimento sustentável.



**Figura 3** - Políticas e perspectivas do dividendo demográfico em Moçambique  
**Fonte:** United Nations Population Fund

<sup>9</sup> <https://blogs.worldbank.org/jobs/four-ways-mozambique-can-achieve-faster-jobs-formation-and-capture-demographic-dividend>

<sup>10</sup> <https://www.oeconomico.com/a-nossa-economia-informal/>

<sup>11</sup> <https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/ub-pdf/Brochura%20DD%20HR.pdf>

Neste contexto, uma série de medidas estratégicas são propostos no artigo com base nas seguintes acções principais:

- **Acelerar a transição demográfica:** através do fortalecimento de programas de planeamento familiar voluntário para reduzir a mortalidade materna e infantil; garantia do acesso universal aos métodos contraceptivos, melhoria da educação das raparigas e o empoderamento feminino; e combate aos casamentos prematuros e gravidezes precoces.
- **Reformar o sistema educacional:** através da garantia de ensino de nível secundário de educação para todos os jovens, especialmente meninas; melhoria do acesso ao ensino superior e à formação técnico-profissional; e promoção de um sistema educacional orientado para o desenvolvimento de habilidades através de treinamento inicial e contínuo apropriado.
- **Promover uma força de trabalho saudável:** através da promoção de estilos de vida saudáveis, especialmente com adolescentes; melhoria do acesso universal à água potável e ao saneamento, especialmente nas áreas rurais; e fortalecimento das intervenções para reduzir a mortalidade infantil por meio da imunização, nutrição equilibrada, uso de redes mosquiteiras impregnadas, insecticidas, etc.
- **Acelerar a transformação económica e a criação de empregos:** através da aceleração dos esforços para a industrialização e priorização do investimento em sectores com altos efeitos multiplicadores sobre o emprego decente; desenvolvimento de estratégias e intervenções de política económica para melhorar a competitividade dos negócios; modernização da agricultura e da pesca para melhorar a produtividade e desenvolver o valor agregado nas agroindústrias; e a integração do sector informal nas políticas de desenvolvimento com foco em empregos decentes para jovens e mulheres

- **Promover a boa governação:** através do fortalecimento da boa governação do Estado de Direito e do combate à corrupção para promover a confiança dos investidores e garantir que todos os recursos públicos sejam utilizados para o desenvolvimento nacional; bem como o melhoramento da eficiência e a gestão baseada em resultados na prestação de serviços públicos, melhorando a capacidade técnica do pessoal e estabelecendo prioridades baseadas em evidências.

Estas medidas são idealmente eficazes, mas a realidade é complexa. Portanto, para garantir a boa implementação de tais medidas, devem ser considerados alguns pressupostos.

Não sendo pioneiro da transição demográfica, Moçambique pode e deve olhar para exemplos bem-sucedidos de países que fizeram o bom aproveitamento deste processo e adaptaram-no ao seu próprio contexto. Assim, deve ser feita uma revisão das políticas e estratégias anteriormente implementadas com base em estudos e pesquisas académicas (tal como o referido anteriormente) que captem de forma detalhada a realidade moçambicana, o actual no contexto da transição demográfica e, por outro lado, descrevam a experiência dos outros países.

Um aspecto bastante relevante para a boa implementação de medidas para a colheita do dividendo demográfico é a participação da juventude no desenho e implementação das políticas públicas. Isto passa primeiro pela formação e capacitação da própria juventude em aspectos ligados ao desenvolvimento económico, governação e democracia, bem como fortalecimento das associações e organizações juvenis como entidades que já estão a participar activamente no desenvolvimento. Por outro lado, este processo implica abertura por parte das próprias entidades governamentais para colher opiniões dos jovens através de fóruns e mecanismos próprios, pois estes constituem maior parte desta população activa que protagoniza o dividendo demográfico.

Ainda no contexto do desenho e implementação de políticas e estratégias, é importante existir uma abordagem com base em resultados. Os planos devem ter metas bem especificadas

em termos quantitativos e qualitativos onde for aplicável, e os projectos implementados devem ser monitorados e avaliados continuamente. Isto vai garantir conformidade, tendo em conta o ambiente dinâmico em que Moçambique se encontra. Este processo deve igualmente envolver a participação da juventude, bem como


a participação de entidades representativas de cada um dos sectores identificados pelo MEF como prioritários. Estas três entidades devem andar de mãos dadas desde o princípio, para garantir a complementaridade das suas acções no processo de colheita do dividendo demográfico.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Glédice Biza  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

